

# Mobilidade elétrica: “Empresas não podem viver dos apoios do Governo”

25 de Março, 2021

**João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, foi convidado para falar na sessão de abertura da primeira conferência da **Electric Summit**. Dedicada ao tema “*O Futuro da Mobilidade*” a conferência, organizada pelo Grupo Cofina, em associação com a Galp, e com o apoio institucional da ACAP (Associação do Comércio Automóvel de Portugal), começou esta quarta-feira (24 de março) e termina hoje.

No que diz respeito à mobilidade elétrica em Portugal, Matos Fernandes começa por fazer um “balanço duplamente positivo” quer seja no que representa à “penetração do número de veículos elétricos no mercado português”, quer seja da “evolução da oferta de carregamento que existe”.

Tudo começou com um “projeto-piloto” lançado há alguns anos, que depois foi interrompido pelo governo Passos Coelho e que foi retomado pelo atual governo: “Foi concluída a rede-piloto que contou com pouco mais do que dois mil postos de carregamento no país, mais concentrado nas áreas metropolitanas”. Segundo o ministro, todos os postos foram colocados a concurso e o resultado foi bastante positivo: “Houve muita procura e muita concorrência”. Com isto, Matos Fernandes acredita que, neste momento, a mobilidade elétrica é cada vez mais uma “atividade de mercado”, cabendo ao “mercado desenvolver a rede de postos de carregamento” com a estrutura da MOBI.E. Já a atuação do Governo na mobilidade elétrica, João Pedro Matos Fernandes diz que o “último exercício previsto de investimento público” para concessionar postos de carregamento é de três milhões de euros e resulta do PEES (Programa de Estabilização Económica e Social): “Estamos a criar 10 hubs de carregamento em 10 cidades diferentes”. Dentro deste investimento, destaque também para a “criação de 12 postos de carregamento ultra-rápido”, igualmente espalhados pelo país, acrescenta.

Outra mais valia que parece colocar o país bem posicionado em matérias de mobilidade elétrica, segundo o relatório internacional, tem que ver com o facto de Portugal ter a rede MOBI.E: “Através de um só cartão (MOBI.E), permite-nos carregar em qualquer posto de carregamento, pagando o carregamento independentemente de com quem é que temos o contrato”, refere.

No que à penetração do número da quota de mercado diz respeito, Matos Fernandes constata que houve um avanço relevante: “Em 2015, venderam-se em Portugal 731 veículos e, no ano passado, mesmo com a quebra da Covid-19, venderam-se 8.137 veículos”.

Uma outra questão que foi levantada no decorrer da sessão teve que ver com as queixas que as marcas fazem acerca dos “incentivos insuficientes” à compra de carros elétricos. Mas, Matos Fernandes chamou atenção para o “preço” com que as marcas vendem os carros elétricos. Ainda assim: “Estou sinceramente convencido que a tecnologia permite banalizar esse preço e pode fazer com que

os preços de venda sejam mais reduzidos”

De acordo com o chefe da pasta do Ambiente, há um apoio de quatro milhões de euros anuais e, a ideia é que, à medida que a “quota de mercado aumente”, os apoios às empresas “diminuem” e se foquem nas pessoas individuais: “Este mercado não pode viver de apoios. Os apoios são fundamentais para as pessoas conhecerem o mercado e poderem fazer uma nova experiência”. Segundo o ministro, vão ser reforçados em “900 mil euros” os apoios para a aquisição de veículos ligeiros de mercadorias 100% elétricos para as empresas: “É aqui que estamos a focar para tentar despontar o mercado”. Mas, o que vai mesmo “banalizar” a utilização dos veículos elétricos são as vantagens que eles têm, nomeadamente, a “ausência de ruído, de emissões e de haver um custo/quilómetro e de manutenção mais baratos, do que num veículo a diesel e a gasolina”, afirma.

O ministro do Ambiente considera que Portugal está num bom caminho para chegar a 2030 com um terço da mobilidade terrestre elétrica quer de passageiros, quer de mercadorias, acreditando que o “hidrogénio vai ser uma ótima forma de energia sobretudo para o transporte coletivo”.

Questionado ainda sobre se existe alguma ação na mobilidade elétrica em discussão entre os Estados-Membros durante a presidência portuguesa da União Europeia, o chefe da pasta do Ambiente disse que não. Mas reforçou a necessidade de “cumprir o Plano de Recuperação e Resiliência. Ao cumprir com uma quota climática, que representa 37% do investimento e a eficiência energética e mobilidade elétrica contarem 100% para essa quota climática, todos os países vão fazer um investimento muito grande no desenvolvimento de redes transporte coletivo e no apoio a projetos de menor dimensão, para a mobilidade sustentável e ativa”, remata.